

COMUNIDADE E TERRITÓRIO: MAPEAMENTO PARTICIPATIVO EM BAÍA FORMOSA (RN) E SUAS IMPLICAÇÕES

Community and Territory: Participatory mapping in Baía Formosa (RN) and its implications

Comunidad y Territorio: Mapeo participativo en Baía Formosa (RN) y sus implicaciones

Larícia Gomes Soares*

Juliana Felipe Farias**

*Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Brasil
– laricia.gomes.121@ufrn.edu.br

**Professora Adjunto no Departamento de Geografia e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Mestrado Profissional (GEOPROF) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Brasil –
juliana.farias@ufrn.br

Recebido em 16/07/2024. Aceito para publicação em 27/09/2025.
Versão online publicada em 23/10/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Desde os primórdios, a sociedade busca realizar seus interesses conciliando-os com os recursos disponíveis no meio ambiente. Nessa perspectiva abordagens participativas ascendem com intuito de contribuir para uma compreensão contextualizada do espaço e de suas interações. Desse modo, este artigo visa apresentar o mapeamento participativo da sede urbana de Baía Formosa (RN), destacando as potencialidades e os problemas socioambientais da cidade. A Cartografia Social (CS) é discutida como uma ferramenta viável para auxiliar o ordenamento territorial (OT). Metodologicamente, o estudo fundamentou-se na tríade investigação-ação-participação e foi estruturado em quatro fases inerentes à CS: (1) estabelecimento de vínculos entre pesquisador e comunidade para compreender o contexto local; (2) aplicação de técnicas cartográficas e realização de oficinas temáticas; (3) desenvolvimento e análise de materiais cartográficos, incluindo a transição de mapas analógicos para digitais; (4) entrega dos mapas e discussão sobre possíveis aplicações e diretrizes futuras. Os resultados revelaram uma compreensão coletiva das necessidades e aspirações da comunidade frente aos recursos socioambientais disponíveis, proporcionando uma reflexão sobre a realidade de seu território.

Palavras-chave: Cartografia social. Mapeamento participativo. Ordenamento territorial.

Abstract:

Since its earliest days, society has sought to achieve its interests by reconciling them with the resources available in the environment. From this perspective, participatory approaches emerge with the aim of contributing to a contextualized understanding of space and its interactions. Thus, this article aims to present the participatory mapping of the urban center of Baía Formosa (RN), highlighting the city's potentialities and socio-environmental problems. Social Cartography (SC) is discussed as a viable tool to support territorial planning (TP). Methodologically, the study was based on the investigation-action-participation triad and was structured in four phases inherent to SC: (1) establishing bonds between researcher and community to understand the local context; (2) applying cartographic techniques and conducting thematic workshops; (3) developing and analyzing cartographic materials, including the transition from analog to digital maps; (4) delivering the maps and discussing possible applications and future guidelines. The results revealed a collective understanding of the community's needs and aspirations in relation to the available socio-environmental resources, providing a reflection on the reality of their territory.

Keywords: Social Cartography. Participatory Mapping. Territorial Planning.

Resumen:

Desde sus orígenes, la sociedad ha buscado alcanzar sus intereses conciliándolos con los recursos disponibles en el medio ambiente. En esta perspectiva, los enfoques participativos surgen con el propósito de contribuir a una comprensión contextualizada del espacio y de sus interacciones. Así, este artículo tiene como objetivo presentar el mapeo participativo del núcleo urbano de Baía Formosa (RN), destacando las potencialidades y los problemas socioambientales de la ciudad. Se discute La Cartografía Social (CS) como una herramienta viable para apoyar el ordenamiento territorial (OT). Metodológicamente, el estudio se basó en la tríada investigación-acción-participación y se estructuró en cuatro fases inherentes a la CS: (1) establecimiento de vínculos entre investigador y comunidad para comprender el contexto local; (2) aplicación de técnicas cartográficas y realización de talleres temáticos; (3) desarrollo y análisis de materiales cartográficos, incluyendo la transición de mapas analógicos a digitales; (4) entrega de los mapas y discusión sobre posibles aplicaciones y directrices futuras. Los resultados revelaron una comprensión colectiva de las necesidades y aspiraciones de la comunidad frente a los recursos socioambientales disponibles, proporcionando una reflexión sobre la realidad de su territorio.

Palabras-clave: Cartografía social. Mapeo participativo. Ordenamiento territorial.

1. Introdução

No cenário contemporâneo de desafios globais, como mudanças climáticas, desmatamento, perda da biodiversidade, crescimento populacional e poluição ambiental, torna-se importante adotar abordagens participativas para compreender e planejar o espaço e sua íntima interação entre meio ambiente e sociedade.

Nesse contexto, a consciência sobre a relevância da participação cidadã e da inclusão das perspectivas locais no processo de tomada de decisão revela que a busca por soluções mais sustentáveis e socialmente justas requer abordagens integradas. Logo, cabe destacar instrumentos coletivos, neste estudo, destaca-se o mapeamento participativo através da práxis da Cartografia Social (CS).

De acordo com Soares (2024) o mapeamento participativo pode ser entendido como o ato de mapear coletivamente, realizado por comunidades que estão inseridas em determinada localidade. Sendo assim, emerge como uma ferramenta que permite aos envolvidos expressar os desafios, potencialidades, limitações e sugestões de ações a serem implementadas, almejando maior eficiência no processo de tomada de decisão, contribuindo significativamente para o planejamento e gestão territorial (Costa *et al.*, 2016).

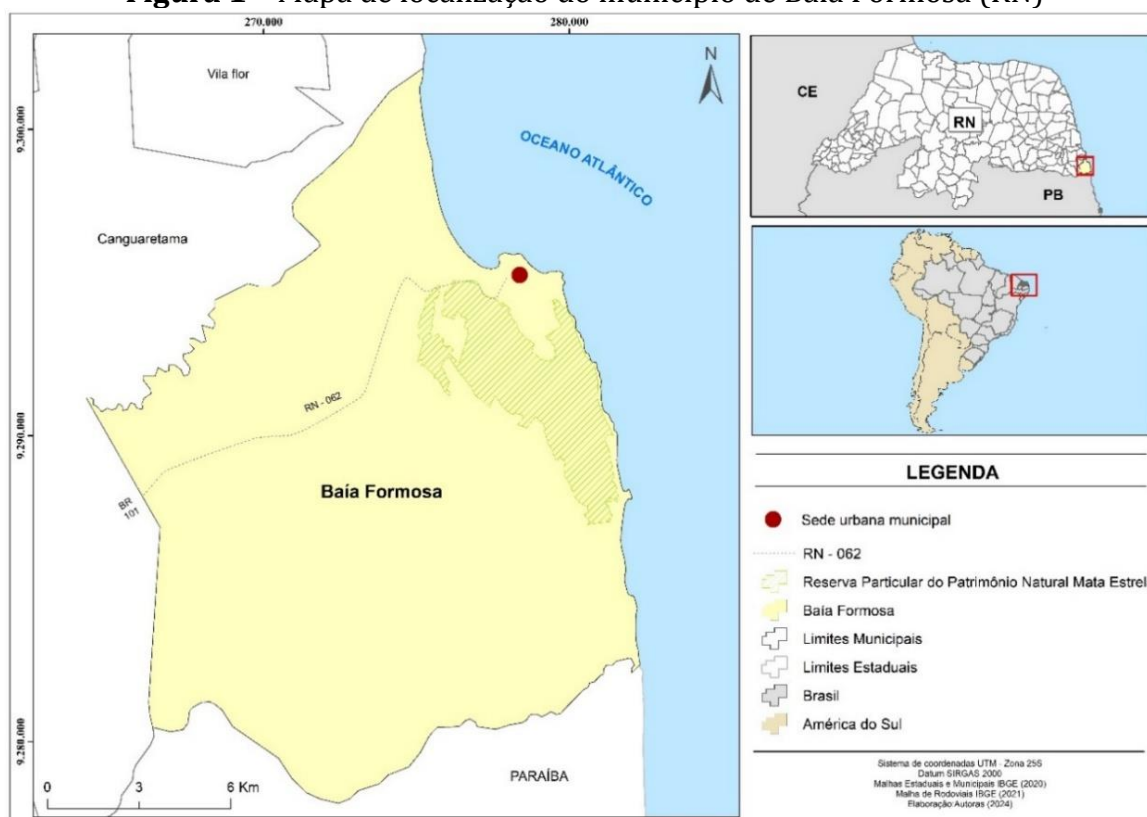
Na visão de Santos (2004), o uso e a gestão dos recursos naturais advindos do planejamento ambiental alinhado ao ordenamento territorial (OT) é um processo contínuo com métodos e procedimentos que envolvem coleta, organização e análise sistematizada das informações. É esse processo que baseia decisões ou escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis em função de suas potencialidades, e que nos faz pensar no cenário futuro, tanto em relação aos recursos naturais quanto à sociedade. Por

esse motivo, Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2013, p. 133) destacam “o planejamento ambiental como o ponto de partida para a tomada de decisões relativas à forma e intensidade em que se deve usar um território”.

Desse modo, a CS pode ser utilizada como instrumento para a elaboração de mapas participativos, os quais possibilitam a compreensão das demandas locais da comunidade frente à capacidade de suporte do meio ambiente, evidenciando potencialidades e limitações/problemas de cunho socioambiental. Essa utilização é relevante se levarmos em conta que, de acordo com Cavalcanti (2018), a sociedade busca sua realização tentando adequar seus interesses aos recursos disponíveis na paisagem e, muitas vezes, essa relação é conflitante, gerando consequências indesejáveis.

Nesse contexto, a área de estudo desta pesquisa apresenta-se como local potencial para a realização de análises pautadas na CS. O município de Baía Formosa (Figura 1) está localizado no estado do Rio Grande do Norte, a aproximadamente 98 km de Natal, capital potiguar. O município, inserido na região turística denominada Polo Costa das Dunas, pertence à microrregião do litoral sul e apresenta problemas socioambientais, assim como conflitos ligados ao uso de seus recursos naturais.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Baía Formosa (RN)



Fonte: autoras (2024).

Baía Formosa enfrenta uma série de desafios socioambientais que requerem atenção. Entre eles, destaca-se a ocorrência de áreas propensas a alagamentos, agravadas pela inexistência de um sistema de drenagem e saneamento básico eficiente. Além disso, a poluição ambiental nas ruas da cidade e a ocupação de áreas de risco, têm sido questões persistentes, cujos efeitos ecoam ao longo do tempo e se intensificam com impactos mais recentes.

A ocupação e o uso diverso de cada porção do território no município, especialmente na última década, destaca impactos e conflitos. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi apresentar o mapeamento participativo da sede urbana de Baía Formosa (RN), ressaltando as potencialidades e problemas socioambientais. Apresentando a CS como instrumento passível de utilização no processo de OT.

2. Enquadramento teórico

2.1. Caminhos colaborativos: o potencial de uso da cartografia social

A trajetória da CS teve origem nas décadas de 1950 e 1960, no Canadá e no Alasca, através dos esforços pioneiros de geógrafos que buscavam reivindicar os direitos territoriais das populações nativas e indígenas canadenses. Nesse contexto, um exemplo notável foi o "Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós" no Alasca, no qual, nos anos 1970, centenas de esquimós foram entrevistados. O resultado desse estudo gerou mais de duzentos mapas, detalhando suas atividades sazonais de subsistência (Chapin *et al.*, 2005).

A propagação do mapeamento participativo pelo mundo encontrou terreno fértil na década de 1990, tendo nas novas tecnologias, especialmente aquelas relacionadas aos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), um facilitador para sua disseminação. Isso impulsionou a multiplicação de experiências que envolviam populações locais na criação de mapas, com a participação de Organizações Não Governamentais (ONGs), associações indígenas, organizações multilaterais, cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outros atores (Acselrad; Coli, 2008).

Assim, a ampliação dos espaços e a diversificação das formas de representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos "sujeitos mapeadores", deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica em que se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território e elementos constitutivos da paisagem (Acselrad, 2013).

No Brasil, as pesquisas inerentes à CS, atualmente, são desenvolvidas em quatro polos principais (Soares, 2004). O primeiro deles relaciona-se ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O segundo polo é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O terceiro diz respeito ao Laboratório de Geoprocessamento do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) (Landim Neto; Costa; Silva, 2016). Recentemente, emergiu um quarto polo, o Grupo de Pesquisas em Geoecologia das Paisagens, Educação Ambiental e Cartografia Social (GEOPEC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (Soares, 2024).

Segundo Soares (2024), a CS é constituída como um ramo da cartografia geral, utilizada como uma ferramenta que facilita o conhecimento e a análise de um conjunto de informações espaciais de determinado território. O adjetivo "social" indica que o mapeamento é resultado de um processo coletivo.

Tomando como base as ideias de Costa *et al.* (2016, p. 73), “a Cartografia Social é vista como uma nova ferramenta utilizada no planejamento e na transformação social”. O mapeamento participativo pode propiciar aos sujeitos envolvidos expressarem os problemas, potencialidades, limitações e proposições de ações a serem implementadas, buscando mais eficiência no processo de tomada de decisões.

Nesse contexto, sobre o mapeamento participativo social, Vázquez e Massera (2012, p. 98, tradução nossa)¹ compreendem que,

Os mapas sociais apresentam informações espaciais em diferentes escalas. Eles podem representar informações detalhadas sobre os traçados e a infraestrutura de uma localidade (rotas, estradas, meios de transporte, locais de moradia); e também podem ser usados para representar uma área ampla (diferentes usos do solo em uma área, distribuição de recursos naturais). Esses mapas não se limitam a exibir informações sobre características geográficas distintas; eles também podem ilustrar importantes conhecimentos sociais, culturais e históricos, incluindo, por exemplo, informações sobre uso e ocupação do solo, demografia, grupos etnolinguísticos, saúde, distribuição de riqueza, entre outros temas.

¹ No original: “Los mapas sociales presentan información espacial a distintas escalas. Pueden representar información detallada del trazado y la infraestructura de una localidad (rutas, caminos, medios de transporte, ubicación de viviendas); y también se pueden usar para representar una zona amplia (diferentes usos del suelo de una zona, distribución de los recursos naturales). Éstos no se limitan a exponer información sobre las características distintivas geográficas; también pueden ilustrar importantes conocimientos sociales, culturales e históricos, incluyendo, por ejemplo, información sobre el uso y ocupación de la tierra, demografía, grupos etnolinguísticos, salud, distribución de la riqueza, entre algunos de los temas.”

Assim, o mapa participativo é um produto técnico, e o mapeamento participativo emerge como uma ferramenta metodológica, capaz de facilitar a coleta e o armazenamento de dados locais. Desse modo, o mapeamento participativo é construído e reconstruído com base no conhecimento espacial e ambiental de populações locais e comunidades tradicionais, inseridos em modelos e técnicas convencionais trazidos pelo pesquisador (Acselrad; Coli, 2008).

A CS fortalece a autonomia das comunidades envolvidas e busca contribuir para um OT mais equitativo e participativo. Ao integrar o conhecimento local e as novas tecnologias, ela oferece uma visão mais detalhada dos territórios, alinhadas às necessidades das populações.

2.1. Ordenamento territorial: definições e perspectivas

Estabelecer um conceito de OT implica, primeiramente, compreender as diversas vertentes que o constituem. Nesse sentido, o espaço geográfico, o homem e o território emergem como elementos centrais a serem considerados. O espaço geográfico abrange toda a dimensão física da Terra, incluindo os recursos naturais e as formas de relevo, onde as atividades humanas ocorrem. Esse contexto evidencia a existência de um sistema complexo que regula as interações entre o território e a sociedade.

Haesbaert (2004) identifica que o território é abordado em duas perspectivas principais: materialista e idealista. A perspectiva materialista enfoca a dimensão físico-concreta do território, dividindo-se em três concepções. A abordagem naturalista considera o território como resultante das interações entre sociedade e natureza, moldadas pelo comportamento humano em relação ao meio físico. A concepção jurídico-política define o território como um espaço delimitado e controlado onde se exerce poder. Na perspectiva econômica, o território é visto como uma fonte de recursos.

Por outro lado, a perspectiva idealista prioriza a dimensão simbólica e subjetiva, onde “o território é percebido como produto da apropriação simbólica e valorização por parte de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert, 2004, p. 40). Nesse estudo, o conceito de território é explorado sob as perspectivas materialista (naturalista e econômica) e idealista.

Considerando essa interação entre espaço geográfico, homem e território, o OT possui múltiplos conceitos e abordagens. Becker (2005) salienta que o OT é um conceito ainda em desenvolvimento, caracterizado por sua natureza interdisciplinar e orientação prospectiva. Isso resulta em uma ampla variedade de concepções sobre sua essência, uma vez que ele está em constante evolução e adaptação para enfrentar os desafios contemporâneos.

De acordo com Alves (2014) frente às mudanças de paradigmas de um mundo em transição e alterações nas ações do Estado, o conceito de OT se redimensionou. De compreensão fundamentalmente positivista, passou pelo paradigma estruturalista e abarca o pós-estruturalismo ou pós-moderno. Na acepção atual, o OT é de caráter interdisciplinar, prospectivo e voltado à utilização ótima do espaço (Ferrão, 2011).

Seguindo essa linha de pensamento, Ogata (2005) sustenta que o OT diz respeito à regulação e organização do uso dos recursos naturais. Esse processo visa viabilizar o desenvolvimento das melhores práticas, levando em consideração aspectos ambientais, sociais e econômicos. Nessa perspectiva, é fundamental valorizar as capacidades potenciais dos territórios, ao mesmo tempo em que se respeitam suas restrições e limitações.

Sá (2005), por sua vez, aprofunda a definição ao considerá-lo como a expressão da organização territorial, que se caracteriza pelas múltiplas dimensões (física, cultural, política, econômica e social) nas várias escalas geográficas, refletindo, assim, as múltiplas "facetadas" do viver. Ademais, falar em OT é também falar em gestão ambiental e uso dos recursos presentes no meio ambiente.

O ordenamento territorial é um dos quatro instrumentos de gestão ambiental (além do plano de desempenho ambiental, sistema de gestão territorial e sistema de gestão da qualidade ambiental) e consiste em compatibilizar as necessidades do homem relativas à ocupação e ao uso do solo com a capacidade de suporte do território que pretende ocupar (Almeida, 2007, p. 348).

Nessa perspectiva, a integração de metodologias participativas ao processo de ordenamento pode focar em pontos cruciais: potencialidades e limitações para as diferentes possibilidades de uso dos recursos de um dado território; os elementos que facilitam ou impossibilitam um melhor uso dos recursos; os processos que podem degradar o meio físico, o estado ambiental e os riscos naturais.

Logo, observa-se que a elaboração de mapas participativos como uma forma de visualizar potencialidades e problemas socioambientais em uma determinada realidade, sobretudo conflituosa, pode contribuir de forma positiva para o processo de OT, buscando o uso mais sustentável dos recursos naturais e um equilíbrio entre estabilidade e racionalidade, levando em conta a capacidade de suporte do ambiente físico.

Este ordenamento é um "processo dinâmico e contínuo de participação pública, envolvendo agentes econômicos e políticos através do confronto e da discussão de ideias e opiniões" (Rodrigues; Silva; Cavalcanti, 2013, p. 218). Assim, em um mundo cada vez mais

complexo e interconectado, o uso da CS como uma ferramenta colaborativa pode facilitar a compreensão das necessidades e desafios presentes no território.

3. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na CS, compreendida como uma prática político-pedagógica que visa a participação ativa das comunidades na leitura e representação do território. Conforme Popayan (2005, p. 6, apud Costa, 2021), essa abordagem baseia-se na tríade **investigação-ação-participação**, orientando as diferentes fases do trabalho e favorecendo a construção coletiva do conhecimento territorial.

3.1. Investigação: reconhecimento e levantamento bibliográfico

A fase de investigação teve como objetivo inicial conhecer os cenários socioambientais da sede urbana do município de Baía Formosa (RN). Para isso, foi realizado um trabalho de campo exploratório, com visita a pontos estratégicos previamente identificados (Figura 2), permitindo a observação direta das dinâmicas espaciais, problemas ambientais e ocupações urbanas irregulares.

Figura 2 – Campo de reconhecimento na sede urbana de Baía Formosa (RN)



Fonte: Soares (2024).

Simultaneamente, foi conduzido um **levantamento bibliográfico** com foco em dois eixos: *cartografia social* e *ordenamento do território*. O Quadro 1 apresenta os principais autores e obras que fundamentaram a base teórica deste trabalho.

Quando 1 – Síntese do levantamento bibliográfico

Cartografia Social	Acselrad e Coli (2008), Vázquez e Massera (2012), Acselrad (2013), Gorayeb, Meireles e Silva (2015), Costa, Gorayeb, Paulino, Sales e Silva (2016), Almeida (2018), Costa (2021), Soares (2024).
Ordenamento do Território	Becker (2005), Ogata (2005), Sá (2005), Almeida (2007), Ferrão (2011), Alves (2014).

Fonte: Organizado pelas autoras (2024).

3.2 Ação: Sistematização e oficinas participativas

Com base nas informações levantadas, a etapa de ação foi marcada pela sistematização e organização dos dados, seguida pela realização de oficinas participativas com representantes

da comunidade local. Essas oficinas são compreendidas, segundo Gorayeb, Meireles e Silva (2015), como espaços fundamentais para estimular a reflexão crítica, o aprendizado mútuo e a produção coletiva de conhecimento cartográfico.

Foram realizadas atividades com 35 participantes, entre estudantes, professores, comerciantes, profissionais das áreas de saúde, turismo, representantes do legislativo e moradores da Vila da Usina. Não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética, pois não houve coleta de dados sensíveis nem manipulação de informações pessoais.

Durante as oficinas, foram introduzidos os conceitos básicos de cartografia, cartografia social e educação ambiental, assim como os objetivos do mapeamento participativo. Essa abordagem buscou nivelar o conhecimento dos participantes, contribuindo para uma maior apropriação das escalas de representação espacial e para o fortalecimento do vínculo afetivo e identitário com o território.

3.3 Participação: Mapeamento analógico e digital

A terceira etapa corresponde à realização do mapeamento participativo propriamente dito, integrando as representações locais com a espacialização técnica em diferentes escalas. A oficina prática foi iniciada com o uso de recursos multimídia para reforçar os conceitos, seguida pela construção coletiva de mapas analógicos. Foram utilizados os seguintes materiais:

- Uma imagem de satélite da sede urbana (Google Earth®, 10/02/2023) impressa em formato A1;
- Cinco mapas em formato A3;
- Símbolos gráficos representando elementos da sede urbana municipal, previamente desenhados;
- Materiais de apoio: cartazes, réguas, cola, canetas e marcadores.

A escolha pela escala de representação adequada foi discutida com os participantes, demonstrando como diferentes escalas interferem na leitura e visibilidade de elementos territoriais. Essa prática pedagógica reforçou o entendimento dos limites de cada representação e valorizou a percepção espacial da própria comunidade.

Com os mapas analógicos finalizados, iniciou-se a etapa de digitalização, utilizando ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG). Os pontos identificados foram visitados para coleta das coordenadas geográficas, registradas via aplicativo GPS Essentials. Em seguida:

- Os dados foram convertidos de KML para Shapefile;

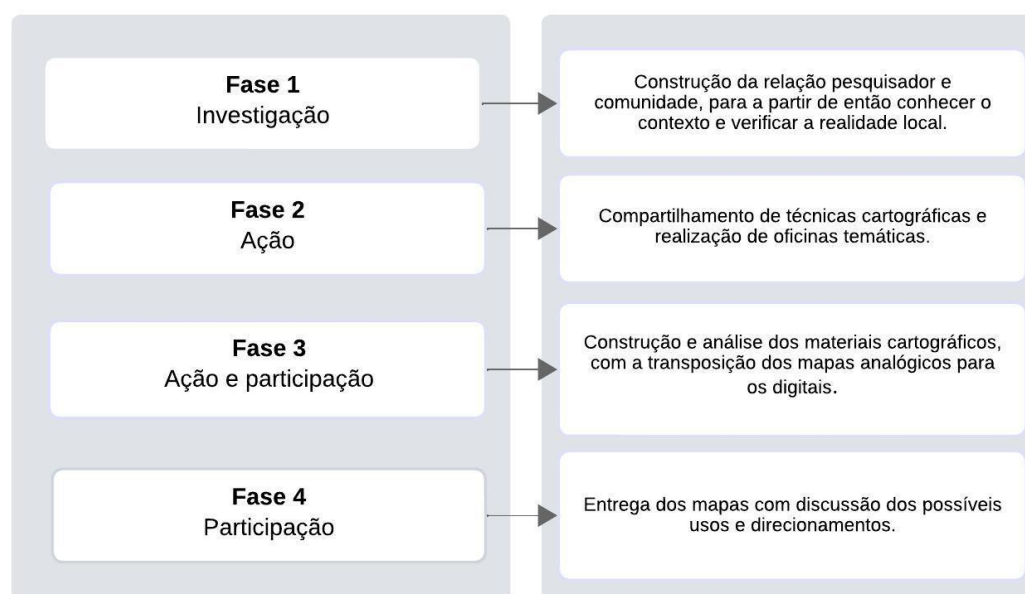
- O Datum foi ajustado para SIRGAS 2000 UTM – Zona 25S;
- A base cartográfica utilizada foi a mesma da oficina, garantindo continuidade visual entre os mapas analógicos e digitais.

Os símbolos desenhados manualmente foram vetorizados e integrados aos mapas digitais como *shapefiles personalizados*, respeitando a estética e simbologia atribuída pela própria comunidade.

3.4. Devolutiva e sistematização das propostas

A última etapa correspondeu à devolutiva dos mapas à comunidade e aos gestores locais, promovendo um encontro final com discussão dos resultados. Esse momento foi construído por meio de uma dinâmica de brainstorming coletivo, na qual os participantes indicaram soluções para os problemas socioambientais identificados. A Figura 3 apresenta o percurso metodológico da CS.

Figura 3 – Percurso metodológico da Cartografia Social



Fonte: Adaptado de Almeida (2018) e Soares (2024).

Logo, a percepção dos participantes em relação ao processo de representação espacial foi avaliada qualitativamente por meio de suas falas durante as oficinas, revelando forte apropriação crítica do território. Como apontam Vázquez e Massera (2012), esse tipo de envolvimento fortalece o papel da cartografia enquanto ferramenta de *educação cidadã e fortalecimento comunitário*.

4. Resultados e discussão

4.1. Perfil dos participantes e diversidade de saberes

No âmbito deste estudo, os agentes representativos da sede urbana de Baía Formosa constituíram o núcleo de trabalho, trazendo uma diversidade de perfis que abrange estudantes, professores, comerciantes, representantes do poder legislativo municipal, além de profissionais das áreas de saúde, turismo e hotelaria. Essa composição multifacetada proporcionou um público-alvo abrangente e heterogêneo, englobando indivíduos com idades entre 18 e 58 anos.

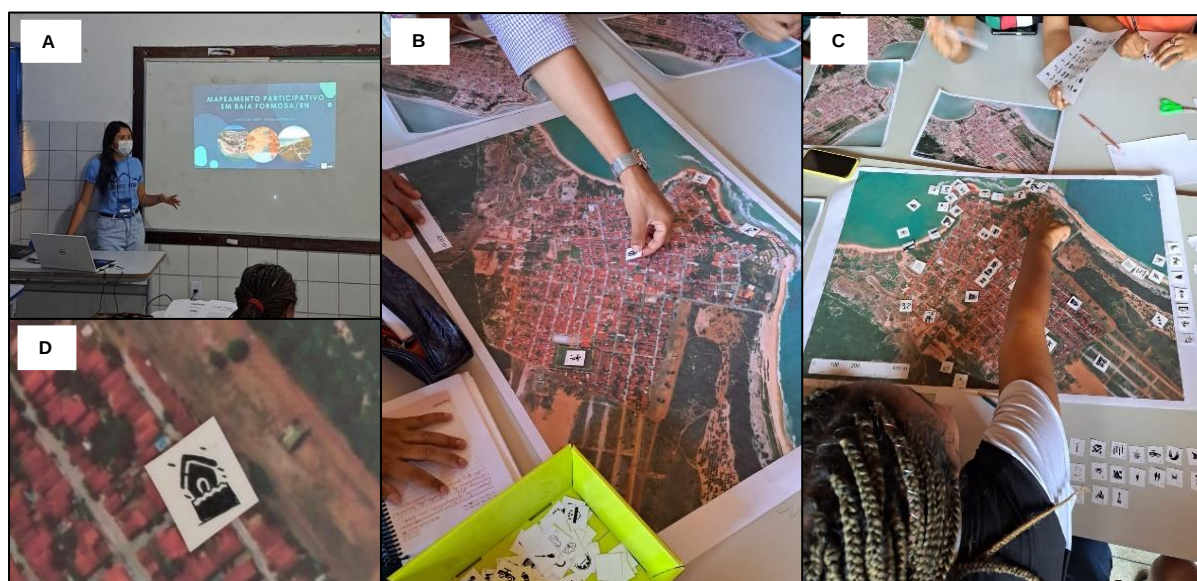
Essa diversidade de perfis ampliou o escopo da CS como ferramenta de construção coletiva do conhecimento, permitindo o entrelaçamento de diferentes vivências, percepções e usos do território. Tal abordagem está em consonância com a perspectiva metodológica adotada, que se fundamenta na união entre a Geoecologia das Paisagens e os princípios da CS, valorizando o saber local como elemento-chave para a compreensão integrada da paisagem e das dinâmicas territoriais.

4.2 Diagnóstico participativo: “O que temos? O que queremos? Como podemos melhorar?”

A partir da tríade de perguntas norteadoras, “O que temos? O que queremos? E como podemos melhorar?”, o grupo iniciou um diálogo colaborativo centrado nas condições socioambientais da sede urbana municipal. Esse processo interativo favoreceu a orientação e localização dos participantes por meio de imagens de satélite utilizadas como base cartográfica.

Tal prática concretiza um dos pilares metodológicos do estudo: a espacialização coletiva da realidade, fundamental para a leitura integrada da paisagem. A identificação de potencialidades (elementos valorizados pela comunidade, como espaços de lazer, áreas verdes, instituições e práticas culturais) e limitações/problemas (como alagamentos, áreas com descarte irregular de lixo e falta de saneamento) emergiu do cruzamento entre a observação empírica e o conhecimento situado dos moradores. A Figura 4 apresenta um mosaico de registros fotográficos dos momentos que compuseram o processo de mapeamento participativo.

Figura 4 - Mosaico de momentos registrados do processo de mapeamento participativo de Baía Formosa (RN)



Fonte: Soares (2024).

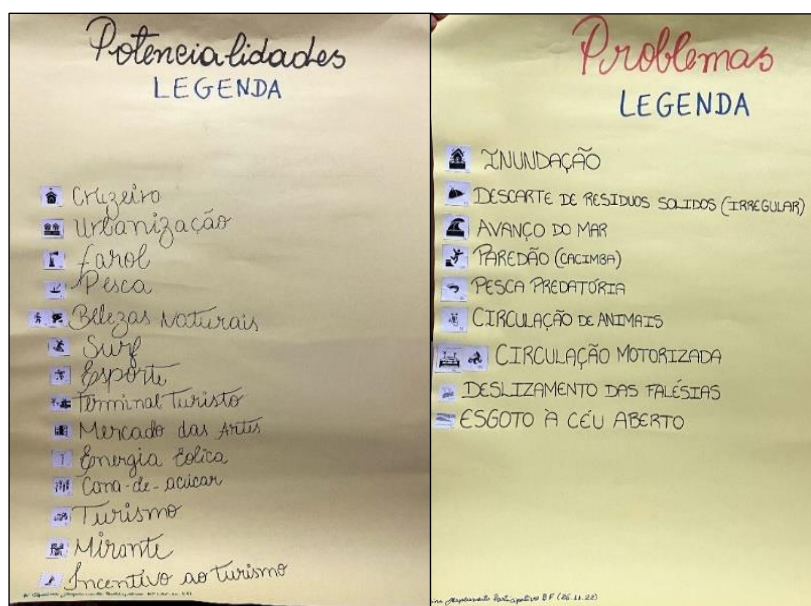
Legenda: A) Oficina de Cartografia básica e Cartografia social. B) Primeiros momentos de orientação e localização por parte do grupo. C) Produção e escolha de símbolos, identificação de potencialidades e problemas. D) Criação (desenho) do símbolo para a problemática “área de alagamento”.

4.3 A criação do mapa analógico e a mediação crítica da paisagem

Após a identificação dos aspectos positivos e negativos da paisagem local, iniciou-se a elaboração coletiva das legendas. O grupo construiu dois cartazes para registrar e classificar os locais mapeados em áreas potenciais (com atributos positivos a serem preservados ou fortalecidos) e áreas frágeis (com problemas que demandam atenção e intervenção). Esse processo de categorização, articulado à representação gráfica, reflete a metodologia da educação ambiental crítica, ao favorecer o desenvolvimento da consciência coletiva e da corresponsabilidade pelo território.

A construção do mapa analógico (Figura 5) representa um marco da apropriação simbólica e política do espaço vivido. Os participantes utilizaram recursos como colagens, desenhos e anotações para representar seus territórios de vida, não apenas apontando problemas, mas ressignificando espaços por meio da memória, da afetividade e do pertencimento.

Figura 5 – Mapa participativo analógico da sede urbana de Baía Formosa (RN)



Fonte: Acervo das autoras (2023).

No mapeamento analógico, é relevante destacar que o grupo participante não apenas identificou potencialidades e problemas socioambientais, mas também marcou diversos pontos da cidade, como escolas e igrejas. Esses pontos têm em comum o fato de servirem como referências centrais de localização, facilitando a orientação para outras áreas. Contudo, é importante ressaltar que, ao representar a legenda das potencialidades e problemas

socioambientais no mapa analógico e digital do presente estudo, o foco foi exclusivamente nas áreas consideradas potenciais e frágeis quanto ao contexto ambiental, social, econômico e cultural.

4.4 Problemas socioambientais identificados

No contexto da sede urbana de Baía Formosa, é fundamental destacar que o grupo identificou e enfatizou dez questões de relevância, organizadas em dois grupos distintos. O primeiro conjunto inclui oito pontos (locais) caracterizados como problemas socioambientais, enquanto o segundo grupo contém dois pontos que se enquadram na categoria de conflitos, também associados a questões socioambientais (ver Figura 6).

Figura 6 - Mapa Participativo da sede urbana de Baía Formosa (RN) Ênfase: Problemas/Limitações



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Nessa perspectiva, dialogando com o entendimento de Soares (2024), a comunidade ao manifestar o desejo, senso de organização, companheirismo e espírito de união coletiva diante de problemas, busca refletir, mitigar ou resolvê-lo. No contexto da CS, esses impasses geralmente envolvem problemas socioambientais, a conquista legal de territórios comunitários

(indígenas, quilombolas, pescadores etc.), ou a luta por serviços comunitários nas áreas urbanas. Grupos organizados como associações, escolas e sindicatos sentem a necessidade de se instrumentalizar diante desse processo complexo, custoso e muitas vezes com implicações físicas e psicológicas significativas para a comunidade mais vulnerável. Essa compreensão está alinhada com a proposta metodológica da CS, que enfatiza o protagonismo comunitário e a construção coletiva do conhecimento territorial, conforme destacam Costa (2021) e Gorayeb, Meireles e Silva (2015).

Na sede urbana de Baía Formosa, a aplicação da CS foca principalmente nos problemas socioambientais e na conquista legal de territórios comunitários. No primeiro momento, ressaltam-se preocupações como áreas suscetíveis a alagamentos, deslizamentos em falésias, avanço do mar sobre áreas ocupadas, ocorrência de queimadas, descarte inadequado de lixo em diversas localidades, despejo de esgoto em áreas de praia, ocupação em encostas e pesca predatória. Esses elementos refletem a multidimensionalidade das vulnerabilidades territoriais que Sá (2005) reconhece como inerentes ao OT, onde a dimensão ambiental se entrelaça com aspectos sociais, políticos e econômicos.

Destaca-se que todos os alagamentos ocorrem em áreas mais baixas devido a um sistema de drenagem ineficiente e ao alto volume de lixo depositado em diversos locais na cidade. Desse modo, as águas das chuvas concentradas causam transtornos significativos à população, dificultando o acesso a ruas, casas e outros estabelecimentos. O descarte inadequado de lixo é um problema amplamente espacializado, identificado em toda a extensão territorial da sede urbana, com uma área especialmente concentrada no lado oeste/sudoeste da sede urbana, próxima a outra preocupação, a ocupação de encostas.

Esses pontos estão localizados em áreas com acesso limitado a serviços básicos, ocupadas por pessoas em alta vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de recursos e direitos básicos por parte do poder público nesses locais levou à dominação por uma facção criminosa, impondo suas próprias normas sobre a população onde o “poder municipal falha em agir”. Essa situação evidencia as complexas relações de poder e exclusão espacial, que a CS busca denunciar e superar, como destacado por Popayan (2005, apud Costa, 2021), ao fomentar a visibilidade das comunidades marginalizadas e promover sua inclusão nos processos decisórios.

Um problema recente identificado foi o aumento dos deslizamentos de falésias, especialmente entre junho e julho de 2022, com 16 deslizamentos registrados, incluindo 10 de

grande porte. Eles são desencadeados principalmente por altos índices de precipitação, que tornam o solo mais instável, exacerbado pela erosão na base das falésias devido à ação das marés. A preocupação da comunidade não é apenas com a característica natural dos deslizamentos em áreas de falésias, mas principalmente com a ocupação dessas áreas, colocando em risco iminente a vida da população. Essa percepção reforça a importância da apropriação local do conhecimento ambiental para a prevenção de riscos, conforme enfatizado por Gorayeb, Meireles e Silva (2015).

Além disso, o avanço do mar na Praia do Porto, onde ocorreram os deslizamentos mencionados, é uma ameaça adicional. A Praça dos Pescadores, com seu significado histórico e cultural, está situada sobre uma falésia que já mostra sinais de queda de materiais, árvores e estruturas comprometidas, indicando um perigo iminente. Outro problema recente são as áreas de queimadas, especialmente em dois locais na sede urbana, resultando na queima de vegetação, lixo e entulho. Essa prática está se tornando comum entre um pequeno grupo de pessoas.

O despejo de esgoto em áreas de praia é um problema antigo e contínuo na cidade, originalmente restrito à Praia do Porto, mas agora também presente em toda a área densamente ocupada ao longo da orla, incluindo as praias da Cacimba/Pontal e Bacupari. Além disso, a pesca predatória realizada por pescadores de outras localidades é considerada um problema sério, com práticas irregulares que afetam negativamente os recursos pesqueiros locais. Essas problemáticas evidenciam as tensões entre usos tradicionais do território e os impactos ambientais, reforçando a necessidade de abordagens participativas para gestão territorial, conforme propõe a CS (Costa *et al.*, 2016).

Assim, o mapeamento participativo identificou oito das dez limitações como problemas predominantemente socioambientais, com dois conflitos intensificados em 2022 até o presente momento: os passeios de buggy sobre áreas de desova de tartarugas e a ocupação de barracas na Praia do Porto. No caso dos passeios de buggy, vários veículos são utilizados, muitas vezes de maneira irresponsável, destruindo dunas e vegetação nativa, além de áreas de desova de tartarugas protegidas. Alguns buggueiros reconhecem a importância ambiental da praia para seu sustento e denunciam atividades ilegais quando percebem danos ao meio ambiente.

O segundo conflito envolve a ocupação crescente de barracas na Praia do Porto, originalmente um local crucial para a comunidade pesqueira, marcando a história econômica e territorial de Baía Formosa. A área destinada para reparos de barcos agora está sendo

gradualmente ocupada por barracas de venda de comida e bebida, aumentando a poluição e o lixo nessa área. Os pescadores locais já procuraram a procuradoria do município para resolver a situação, sem sucesso até o momento.

Esses problemas, coletivamente expressados pela comunidade, afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores locais. Eles são resultado direto do modo como o território é ocupado e utilizado. Sendo assim, o mapeamento participativo se torna essencial como instrumento para o OT, refletindo as diversas dimensões físicas, culturais, políticas, econômicas e sociais da vida humana, conforme discutido por Sá (2005). Dessa forma, o método aplicado proporciona a visibilidade das questões locais e contribui para a construção de estratégias coletivas de intervenção, promovendo o fortalecimento da autonomia comunitária e a gestão participativa do território, princípios basilares da CS (Soares, 2024; Costa, 2021). A Figura 7 apresenta um mosaico enfocando problemas e limitações identificados e mapeados durante esse processo.

Figura 7 – Representação de alguns problemas identificados no mapeamento participativo



Fonte: Soares (2024).

Legenda: A) áreas de alagamento. B) lixo nas ruas. C) deslizamento em falésias na praia do porto.

4.5 Potencialidades ambientais e culturais

Após a identificação dos problemas, o grupo direcionou sua atenção para as reflexões sobre as principais potencialidades ambientais e culturais encontradas em Baía Formosa. Essas potencialidades foram agrupadas em dois eixos distintos: as belezas naturais resultantes da paisagem litorânea, com contribuições para qualidade de vida e o turismo, e as áreas potenciais relacionadas à economia e cultura. Esse reconhecimento plural das potencialidades locais está em consonância com o princípio da CS, que valoriza o conhecimento empírico da comunidade sobre seu território e suas possibilidades, fortalecendo o protagonismo social na construção do espaço (Costa, 2021; Soares, 2024).

No que se refere às potencialidades ligadas às belezas naturais, o grupo destacou o valor estético elevado da paisagem, especialmente nas áreas de praia, vegetação nativa da Mata Atlântica, formações dunares e lagoas. Em particular, o mirante principal da sede urbana foi enfatizado por proporcionar uma visão panorâmica da enseada, mostrando a interação dos tabuleiros costeiros com a planície costeira através das falésias. Essas observações refletem a abordagem integrada da Geoecologia das Paisagens, que analisa as relações entre elementos físicos e biológicos no contexto territorial, apontando para a importância da paisagem como elemento constitutivo da identidade local e qualidade ambiental (Sá, 2005).

Além disso, a atividade pesqueira emergiu como um importante pilar econômico e cultural em Baía Formosa. A Praça dos Pescadores foi destacada como um local que preserva parte da história do município e reflete a relação íntima entre a comunidade local e o mar. O grupo também ressaltou as trilhas que percorrem os circuitos de lagoas e o santuário das tartarugas, agregando valor ao turismo. A prática de esportes ao longo da faixa costeira, especialmente o surfe, também foi mencionada como uma atividade que atrai visitantes. A estátua do campeão olímpico Ítalo Ferreira, natural de Baía Formosa, foi reconhecida como um símbolo que não só impulsiona o turismo, mas também ressalta o esporte como meio educativo. Esse reconhecimento da diversidade de usos e valores do território corresponde à visão multidimensional do território defendida por Sá (2005), que considera aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos integrados na gestão territorial.

No âmbito das potencialidades culturais que poderiam ser mais bem exploradas para atividades econômicas, o grupo identificou o mercado das artes como uma oportunidade para fomentar o comércio local e promover a cultura local. Além disso, o cruzeiro da cidade, devido à sua relevância histórica, desponta como um possível ponto de interesse para o turismo religioso. Por fim, o terminal turístico foi apontado como uma oportunidade de desenvolvimento econômico. O grupo também enfatizou a importância de monitorar as áreas de expansão urbana, destacando que, embora o crescimento até os limites atuais dos loteamentos seja válido, é crucial evitar uma expansão que possa resultar em desmatamento ou degradação das áreas naturais. Tais preocupações refletem a necessidade de um OT que harmonize crescimento urbano e conservação ambiental, princípio central da gestão territorial participativa (Sá, 2005; Soares, 2024).

Nesse contexto, a Figura 8 apresenta o mapa participativo da sede urbana de Baía Formosa, destacando suas potencialidades, enquanto a Figura 9 representa algumas das

potencialidades ambientais, econômicas e culturais identificadas durante o mapeamento participativo.

Figura 8 - Mapa Participativo da sede urbana de Baía Formosa (RN) Ênfase: Potencialidades



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Figura 9 – Representação de algumas potencialidades no mapeamento participativo.



Fonte: Soares (2024).

Legenda: a) Belezas naturais – Praia do porto. b) Prática de esportes - Surfe. c) Cruzeiro – Turismo religioso.

Nas fases supracitadas, o processo de mapeamento participativo e suas respectivas reflexões e discussões foram guiados pelos princípios fundamentais da CS. Inicialmente, explorou-se a pergunta "o que temos?", levantando tanto problemas quanto potencialidades.

Nesse sentido, surgiram reflexões sobre esses aspectos, abrindo caminho para a indagação "o que queremos?". No segundo estágio, as aspirações foram definidas, especialmente no que diz respeito às medidas para mitigar os problemas identificados e propor uma utilização mais sustentável das áreas potenciais. Finalmente, no âmbito da indagação "como podemos melhorar?", houve um consenso de que as melhorias devem envolver tanto os indivíduos quanto a comunidade enquanto grupo plural, em colaboração com a administração municipal.

Coletivamente, através de um brainstorming e roda de conversa envolvendo todos os participantes do mapeamento, foi elaborada uma proposta com sugestões a serem implementadas, apresentada no Quadro 2, destacando estratégias para mitigação e boas práticas de uso no contexto da sede urbana de Baía Formosa. Este processo evidencia a dimensão emancipatória da CS, que promove a autonomia comunitária e a gestão participativa do território, conforme destacado por Costa (2021) e Soares (2024).

Quadro 2 - Avançando Juntos: Propostas coletivas de melhorias para a Sede urbana de Baía Formosa (RN)

DEMANDAS	ESTRATÉGIAS	AGENTES
Melhoria do sistema de drenagem	Construção de canais adequados para o escoamento da água da chuva, limpeza regular de córregos, e a implementação de medidas de controle do lixo, como campanhas de conscientização e coleta seletiva.	Gestão municipal e comunidade local.
Gestão adequada de resíduos sólidos	Implementar políticas de gestão de resíduos sólidos, incluindo campanhas de educação ambiental, coleta seletiva, e o estabelecimento de locais adequados para o descarte de lixo.	Gestão municipal e comunidade local.
Monitoramento e prevenção de deslizamentos	Implementar um sistema de monitoramento de áreas de falésias e encostas para identificar precocemente riscos de deslizamento. Além disso, é importante investir em ações de prevenção, como a contenção de encostas e a proibição de ocupações em áreas de risco.	Gestão municipal e comunidade local.
Combate e prevenção às queimadas	Implementar medidas de combate e prevenção às queimadas, como campanhas de conscientização, fiscalização efetiva e punição para os responsáveis.	Gestão municipal e comunidade local
Tratamento de esgoto	Implantar sistemas de tratamento de esgoto nas áreas de praia afetadas pelo despejo inadequado, como a Praia do Porto e outras áreas de praia, a fim de preservar os recursos naturais e a saúde pública.	Gestão municipal
Fiscalização da pesca predatória	Reforçar a fiscalização da pesca predatória, em parceria com órgãos competentes, visando coibir a prática irregular e proteger os recursos pesqueiros. Isso pode envolver ações de patrulhamento, aplicação de multas e educação ambiental voltada para os pescadores.	Gestão municipal, comunidade local e órgãos responsáveis
Programas de educação ambiental	Implementar programas de educação ambiental nas escolas e na comunidade em geral, visando aumentar o conhecimento ambiental da população. Esses programas devem abordar temas como conservação da natureza, manejo sustentável dos recursos, coleta seletiva de resíduos e práticas de turismo responsável.	Gestão municipal, comunidade local, instituições de ensino e pesquisa.

Regularização fundiária e realocação	Identificar as áreas de ocupação irregular em encostas e em áreas de risco e promover a regularização fundiária, quando possível, ou realocação das famílias para locais seguros.	Gestão municipal em parceria com o governo do estado.
Promoção do turismo sustentável	Estimular a adoção de práticas sustentáveis por parte dos empreendimentos turísticos, como a gestão adequada de resíduos, o uso eficiente de recursos naturais, a promoção da cultura local e a sensibilização dos turistas sobre a importância da conservação ambiental.	Gestão municipal, comunidade local, setor privado.
Reforma da praça dos pescadores	Realizar intervenções de recuperação e revitalização da praça dos pescadores, preservando seus elementos históricos e simbólicos. Isso pode incluir melhorias na infraestrutura, como iluminação e paisagismo.	Gestão municipal.
Fortalecimento da pesca artesanal	Apoiar a pesca artesanal como atividade econômica, valorizando os saberes tradicionais e promovendo a comercialização dos produtos locais. Isso pode envolver parcerias com cooperativas de pescadores, a criação de programas de capacitação e o estímulo ao consumo de pescado fresco e sustentável pelos moradores e turistas.	Gestão municipal e comunidade local.
Valorização do artesanato local	Promover o Mercado das Artes como um espaço de comercialização e valorização do artesanato local, incentivando a produção e a qualificação dos artesãos.	Gestão municipal e comunidade local.
Reaproveitamento de espaços públicos e equipamentos esportivos	Investir na melhoria e manutenção dos espaços públicos de recreação e esportes, como o ginásio poliesportivo, o campo de futebol e a quadra de esportes, para oferecer opções de lazer e atividades físicas à população de todas as idades. Além disso, é necessário garantir o acesso igualitário a esses espaços e promover ações de conscientização sobre a importância da prática esportiva para a saúde e bem-estar.	Gestão municipal.
Parcerias entre setor público e privado	Estimular parcerias entre o setor público e privado, incentivando o investimento em empreendimentos sustentáveis e responsáveis, que estejam alinhados com a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Isso pode envolver a concessão de incentivos fiscais e a criação de programas de apoio aos empreendedores locais.	Gestão municipal, comunidade local, ONGs, setor privado.

Fonte: Organizado pelos autores (2023)

Durante esse processo, ficou evidente que a transformação só pode ocorrer quando há um entendimento da realidade local. Assim, as reflexões provenientes da análise coletiva do território com o mapeamento participativo revelaram que o grupo compreendeu as potencialidades e limitações socioambientais de Baía Formosa, permitindo afirmar: “Sabemos o que temos, o que queremos e como podemos melhorar”.

Este processo dinâmico e contínuo de participação pública, através do confronto e discussão de ideias e opiniões, está alinhado com as abordagens de planejamento para OT destacadas por Rodrigues, Silva e Cavalcanti (2013).

Logo, os resultados aqui apresentados dialogam com as contribuições teóricas de Soares (2024), Costa (2021), Costa *et al.* (2016), Gorayeb, Meireles e Silva (2015), que enfatizam como

a CS possibilita a construção coletiva do conhecimento sobre um território específico, mobilizando as pessoas para refletirem sobre sua própria realidade e contrinurem com a elaboração de estratégias coletivas de melhoria socioambiental.

Esta abordagem busca equilibrar demandas sociais, econômicas e ambientais, reconhecendo que todas as atividades humanas estão fundamentadas em uma base do meio físico, requerendo uma ponderação cuidadosa entre estabilidade e racionalidade, como destacado por Ogata (2005) ao pensar no OT.

5. Considerações finais

Este estudo explorou a aplicação da CS como uma ferramenta de abordagem participativa para compreensão do território da sede urbana de Baía Formosa. Através do mapeamento participativo, conseguiu-se envolver diversos representantes da comunidade em reflexões críticas: "O que temos?", "O que queremos?" e "Como podemos melhorar?" no contexto socioambiental, fornecendo discussões quanto a realidade da sede urbana municipal.

As potencialidades e os problemas identificados refletem a interação complexa entre a dinâmica da paisagem, o histórico de ocupação e o uso atual dos recursos naturais. A análise desses dados revela a necessidade de mudanças significativas para enfrentar os desafios socioambientais em Baía Formosa.

Nesse sentido, apresentam-se aqui contribuições formuladas coletivamente para o desenvolvimento a nível municipal, que também constituem um importante documento reunindo uma série de informações que podem subsidiar o práticas em vários setores, partindo das demandas locais. Essas estratégias visam atender às demandas emergentes, como o tratamento adequado de resíduos sólidos, a prevenção de desastres naturais, a valorização da cultura local e a proteção dos recursos naturais.

A aplicação da CS permitiu identificar áreas sensíveis, conflitos potenciais de uso do solo e pressões sobre os recursos naturais, além de compreender as dinâmicas sociais que moldam a paisagem. Essa compreensão é deveras significativa para desenvolver práticas de manejo mais eficazes e fortalecer a participação da comunidade nas decisões que afetam seu território.

Portanto, este estudo não se limita a um exercício técnico, mas representa um processo inclusivo que conecta a comunidade local com seu território, integrando conhecimentos científicos e saberes tradicionais. A valorização do conhecimento local e a inclusão de diferentes perspectivas no processo decisório são importantes para garantir soluções adaptadas às

necessidades específicas de Baía Formosa.

Espera-se que os resultados deste estudo possam orientar ações concretas, incorporando-se aos planos municipais existentes e sendo compartilhados com órgãos públicos, lideranças comunitárias e demais atores envolvidos. O engajamento ativo dos agentes locais como protagonistas na fase de execução é crucial para garantir a implementação efetiva das estratégias delineadas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do patrimônio socioambiental de Baía Formosa.

6. Referências

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. *et al.* (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008. p. 13-43.

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ALMEIDA, B. F. M. A. de. **Cartografia social e conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, Ceará, Brasil**. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ALMEIDA, Flávio Gomes de. Ordenamento Territorial e Geografia Física no processo de gestão ambiental. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 332 – 350.

ALVES, Larissa da Silva Fereira. **CULTURAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: conceituações e perspectivas histórico analíticas**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/XG8z6PJ4wQHJ9GsnhwgHG5h/#>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BECKER, Bertha. Síntese das contribuições da oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, 2003, Brasília. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. (Anais). Brasília: BRASIL/MI/SDR, 2005, p. 71-78.

CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza. **Cartografia de Paisagens: fundamentos**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

CHAPIN, M.; LAMB, Z.; THRELKELD, B. Mapping Indigenous Lands. **Annual Review Anthropology**, v. 34, p. 619-638, 2005.

COSTA, Nátane Oliveira da. **Cartografia social da etnia Pitaguary nas aldeias Monguba e Olho D'água, Pacatuba/Maracanaú - Ceará, Brasil**. 2021. 165 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

COSTA, Nátane Oliveira da; GORAYEB, Adryane; PAULINO, Pedro Ricardo Oliveira; SALES, Licia Benicio; SILVA, Edson Vicente da. Cartografia Social uma Ferramenta para a Construção do Conhecimento Territorial: Reflexões Teóricas acerca das Possibilidades de Desenvolvimento do Mapeamento Participativo em Pesquisas Qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial V CBEAGT, 2016. p.73-86. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/3820>. Acesso: 5 jan. 2021.

FERRÃO, João. **O Ordenamento do Território como Política Pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (org.). **Cartografia Social e Cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

LANDIM NETO, F. O; SILVA, E. V. da; COSTA, N. O. da. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral (CE), v. 18, n. 2, set., p. 56-70, 2016. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/302>. Acesso em: 14 fev. 2023.

OGATA, Maria Gravina. VISÕES GOVERNAMENTAIS. In: **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, 2003, Brasília. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. (Anais). Brasília: BRASIL/MI/SDR, 2005.

RODRIGUEZ, José Manoel Mateo; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Planejamento e Gestão Ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu. VISÕES GOVERNAMENTAIS. In: **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, 2003, Brasília. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. (Anais). Brasília: BRASIL/MI/SDR, 2005.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SOARES, Larícia Gomes. **Paisagem, comunidade e território: diálogos de saberes e mapeamento participativo em Baía Formosa (RN)**. 2024. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

VÁZQUEZ, A. MASSERA, C. Repensando la geografía aplicada a partir de la cartografía social. In: TETAMANTI, M. D (org.). **Cartografía social: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación**. Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia, 2012.